



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 668/2017-ML

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 20.957/2017-e

**EMENTA:** 1. REPRESENTAÇÃO. SOCIEDADE EMPRESÁRIA UNIFLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL S/S LTDA. - ME. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2016 – CBMDF. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC PARA MINISTRAR CURSO PRÁTICO DE PILOTO PRIVADO DE HELICÓPTERO E CURSOS TEÓRICO E PRÁTICO DE PILOTO COMERCIAL DE HELICÓPTERO PARA O CBMDF. SUPOSTA PARTICIPAÇÃO NA FASE DE LANCES DO CERTAME DE LICITANTES IMPEDIDAS DE SEREM CONTRATADAS. SOLICITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE. ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE.  
2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O **NÃO CONHECIMENTO** DA REPRESENTAÇÃO. REMESSA DA INICIAL E ANEXOS AO CBMDF PARA ADOÇÃO DAS MEDIDAS QUE ENTENDER CABÍVEIS.  
3. PARECER **CONVERGENTE DO MPC/DF. NÃO CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO.**

1. Cuida-se de Denúncia, recebida na Ouvidoria deste c. **Tribunal**<sup>1</sup>, autuada no presente Processo como Representação, formulada pela sociedade empresária Unifly Escola de Aviação Civil S/S Ltda. – ME, acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 17/2016 – DICOA/DEALF/CBMDF, realizado pelo Corpo Militar de Bombeiros do Distrito Federal, cujo objeto é o “*Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para ministrar Curso prático de Piloto Privado de Helicóptero, Curso teórico de Piloto Comercial de Helicóptero e Curso prático de Piloto Comercial de Helicóptero para o CBMDF.*”<sup>2</sup>

2. A Representante relata que participou do referido pregão, juntamente com as sociedades empresárias **SCODA** Aeronáutica, Fabricação, Comércio, Importação e Export, **MASTER** – Escola de Aviação Civil Ltda. e **EFAI**, sagrando-se vencedora do certame por apresentar o melhor preço. A propósito, salientou que a sociedade empresária EFAI não participou da disputa de lances por ter apresentado valor acima do máximo estipulado no edital.

---

ML7

<sup>1</sup> e-DOC D40C3D91-e.

<sup>2</sup> e-DOC 33AE1341-e.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

3. Nada obstante ter vencido a mencionada disputa, insurge-se a Representante contra as sociedades empresárias SCODA e MASTER, ao argumento de que estavam impedidas de participarem de licitações, porque, segundo a Representante, a SCODA encontrava-se suspensa pela ANAC “*para prestar o curso de piloto comercial de helicóptero prático*”, e a MASTER não possuiria homologação do curso de Piloto Comercial de Helicóptero teórico, na forma exigida do edital do Pregão Eletrônico nº 17/2016 – DICOA/DEALF/CBMDF.

4. Em razão disso, inconformada com a postura das concorrentes, solicitou “*gestões desse Tribunal para declarar as empresas SCODA e MASTER inidôneas, evitando a participação das mesmas em licitações com órgãos públicos e reincidências em tais práticas reprováveis.*”<sup>3</sup>

5. A Unidade Técnica, por meio da Informação nº 124/2017-1ª Diacomp<sup>4</sup>, procedeu à transcrição do teor da exordial, conforme a seguir:

*“No dia 19/06/2017, a UNIFLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL participou do Pregão Eletrônico nº 017/2016 – DICOA/DEALF/CBMDF. No mesmo Pregão participaram ainda as empresas SCODA, MASTER e EFAI. A EFAI fez a proposta no valor de R\$ 816.630,00, ficando acima do máximo estimado pelo edital no valor de R\$ 624.126,12, logo não participou da disputa de preços. A UNIFLY fez a proposta inicial de R\$ 623.994,00. Iniciou-se a fase de disputas e a UNIFLY sagrou-se vencedora do certame com o valor de R\$ 568.160,00, ou seja, R\$ 55.834,00 a menos do que o seu valor inicial ofertado. Entretanto, foi constatado que a empresa SCODA estava suspensa para prestar o curso de piloto comercial de helicóptero prático, objeto do referido edital, desde 07/06/2017 (Portaria ANAC 1914) e publicado no DOU 114, de 16/06/2017, logo a SCODA se encontrava impedida de participar do citado Pregão ocorrido em 19/06/2017, visto que os cursos da SCODA seguem em anexo e não consta o curso de piloto comercial de helicóptero prático. Ainda a empresa MASTER também estava impedida de participar do citado pregão, visto que não possui o curso homologado pela ANAC de Piloto Comercial de helicóptero teórico, também objeto do referido edital, sendo vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto, conforme item 16.9 do referido edital. Em resumo, a UNIFLY disputou preço com duas empresas impedidas de participar do referido pregão, sendo requisito para participar do certame ter os cursos teóricos e práticos de piloto comercial de helicóptero homologados e ativos, além da declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme anexo VII do referido edital. A participação de ambas as empresas impedidas teve como consequência a redução do valor de R\$ 55.834,00 na proposta inicial da empresa UNIFLY. Assim, diante da má fé de ambas as licitantes, solicito gestões desse Tribunal para declarar as empresas SCODA e MASTER inidôneas, evitando a participação das mesmas em licitações com órgãos públicos e reincidências em tais práticas reprováveis.”*

6. Ainda, consignou que, junto à inicial, constam as seguintes cópias: contrato social da Representante; comprovante de inscrição e situação cadastral; quadro de sócios; RG,

<sup>3</sup> e-DOC D40C3D91-e.

<sup>4</sup> e-DOC B9560A32-e.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

CPF e número do título de eleitor do sócio administrador; edital do certame; extrato da proposta inicial da Representante; extrato dos lances finais registrados no certame; Portaria nº 1.914/SPO, de 7/6/2017, ANAC de suspensão da sociedade empresária SCODA e publicação no Diário Oficial da União – DOU de 16/6/2017; e relações dos cursos fornecidos pela SCODA e pela MASTER cadastrados na ANAC<sup>5</sup>.

7. Após realizar a narrativa dos fatos, constatada a legitimidade da Representante e verificando os requisitos de admissibilidade de representações perante a c. **Corte de Contas**, a teor das disposições do art. 230 do **RI/TCDF**, a Área Técnica consignou que matéria da Representação em comento **não tem enquadramento** nas competências do e. **Tribunal**, exigência contida no inciso IV do § 2º do referido artigo.

8. Nesse sentido, destacou que a “*representante relata participação de empresas supostamente impedidas de serem contratadas na fase de lances do Pregão, solicitando que elas sejam declaradas inidôneas. Porém, a Lei Orgânica desta Corte não prevê a possibilidade de aplicação da penalidade de inidoneidade requerida pela representante.*”

9. Em acréscimo, lembrou que, de modo diverso, a Lei Orgânica do e. **Tribunal de Contas da União – TCU** (Lei nº 8.442/1992) prevê essa possibilidade, a teor do art. 46, que assim dispõe:

*“Verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal”.*

10. Diante disso, ao concluir, ratificando que a LC nº 1/1994 não prevê a possibilidade de o c. **TCDF** aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade, entendeu que o objeto da inicial se afasta das competências desta c. **Casa**, razão pela qual, sugeriu o não conhecimento da exordial, mas o envio de cópia à Jurisdicionada para que adote as providências que entender cabíveis.

11. Ao final, o Corpo Técnico propôs ao c. **TCDF** que:

*“I) não conheça da Representação formulada pela empresa Unifly Escola de Aviação Civil S/S Ltda. – ME – CNPJ: 03.385.752/0001-06 e seus anexos (peças 1/13);*

*II) autorize:*

- a) a ciência da decisão que vier a ser proferida à representante;*
- b) o envio de cópia das peças 1/13 e da decisão que vier a ser proferida à jurisdicionada para adoção das medidas que entender cabíveis;*
- c) o retorno dos autos à Seacomp para fins de arquivamento.”*

<sup>5</sup> e-DOCs D6F09ACF-e, D6F09ACF-e, 64BD1CD5-e, B8CB18C6-e, FECD1D72-e, 9511C5A4-e, 3CE9C7A2-e, 33AE1341-e, E028DE70-e, 5D228C89-e, 69066F68-e, 08CD2443-e e B5706B7B-e.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

12. Em razão da natureza da matéria, os autos foram encaminhados ao **Ministério Público** pelo i. Cons. **Inácio Magalhães Filho**, por meio do r. Despacho Singular n.º 453/2017-GCIM<sup>6</sup>.

13. É o que basta relatar. Passo a opinar.

14. Como destacado, trata-se de denúncia, recebida como Representação, formulada pela sociedade empresária Unifly Escola de Aviação Civil S/S Ltda. – ME, que sagrou-se vencedora do Pregão Eletrônico n.º 17/2016 – DICOA/DEALF/CBMDF, cujo objetivo é que o c. **Tribunal declare a inidoneidade** de outras sociedades empresárias participantes do pregão, em razão da postura adotada no certame.

15. Nesse sentido, nos termos do Regimento Interno desta e. **Corte de Contas** (art. 230, § 2º), para admissibilidade de Representações, devem ser cumpridos os seguintes requisitos: **i) caracterização** circunstanciada da situação; **ii)** ser redigida em **linguagem clara e objetiva**; **iii)** apresentar o **indício** concernente à irregularidade ou ilegalidade identificadas, com a identificação, sempre que possível, dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido; **iv)** enquadramento da matéria nas **competências** do c. **Tribunal**.

16. Indubitável o cumprimento dos itens **i** e **ii** acima especificados.

17. Sem embargo, em harmonia com Unidade Técnica, a Lei Orgânica do e. **TCDF**, LC n.º 1/1994, não faz previsão que possibilite a aplicação, pelo e. **Plenário**, da sanção de declaração de inidoneidade, na forma requerida na exordial.

18. Nesse viés, tenho que o **pedido** contido na peça inaugural não encontra guarida nas competências do c. **Tribunal**.

19. Ademais, da narrativa constante da inicial, não verifico, ao menos neste momento, indícios de irregularidade quanto à participação das sociedades empresárias SCODA e MASTER na fase de lances, **que ocorre antes da habilitação na modalidade pregão**. Fatalmente, caso alguma dessas sociedades tivesse apresentado valor inferior àquele da Representante e remanescesse algum vício quanto à sua habilitação, aquela seria inabilitada na fase oportuna.

20. As restrições mencionadas pelo Representante estão, portanto, relacionadas à fase de habilitação, não se confundindo com as sanções especificadas no art. 87, III e IV, da Lei n.º 8.666/1993, e tampouco com aquela contida no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, que impossibilitariam as sociedades empresárias de participarem de licitação ou licitarem com a Administração.

---

<sup>6</sup> e-DOC 35C4E0F1-e.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

21. Nada obstante, por envolver o CBMDF, órgão integrante do complexo administrativo do DF, sugiro o seu encaminhamento à Corporação, para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis.

22. Ante o exposto, este Órgão Ministerial, com as considerações acima, possui entendimento **convergente** com aquele lançado pelo zeloso Corpo Técnico.

É o Parecer.

Brasília, 24 de julho de 2017.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador